



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG
REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

DESPACHO

Defiro a dispensa dos
Pareceres, Inclui-se na
Ordem de dia

Bonf. MG, 19/02/2024

REQUERIMENTO N° 01 /2024

CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG
Protocolo no livro próprio às folhas
51 Sob o nº 101024
ás 13:41 Horas
Bonf. de Minas - MG 19/02/24
Servidor Responsável

**EXCELENTESSIMO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG**

Assunto: Solicitação de apoio da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas à Emenda à Constituição Estadual que dá nova redação ao caput do artigo 24 da Constituição do Estado de Minas Gerais e acrescenta os §11 e 12 ao mesmo diploma legal.

JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu artigo 64, inciso III, prescreve que a Carta Estadual poderá ser emendada por proposta de, no mínimo, 100 (cem) Câmaras Municipais, manifestada pela maioria de cada uma delas.

Dito isto, o Vereador que este subscreve, ouvido o Plenário e após a tramitação regimental, requer à Mesa Diretora que a Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas delibere sobre o apoio à Emenda à Constituição Estadual que dá nova redação ao caput do artigo 24 da Constituição do Estado de Minas Gerais e acrescenta os §11 e 12 ao mesmo diploma legal, consoante abaixo descrito:

Art. 1º O Art. 24 da Constituição do Estado de Minas Gerais passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 A remuneração dos servidores públicos e o subsidio de que trata o §7º deste artigo somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, sempre no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões.

§11. O Poder Executivo promoverá a revisão da remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil, da Polícia Penal, dos Agentes Socioeducativos, no prazo de cento e oitenta dias contados desta emenda, através de Lei Delegada, observada a proporção de 6 por 1, entre a maior e a menor remuneração das Forças de Segurança do Estado de Minas Gerais.

Aprovado (X) Rejeitado () em turno único, por
(7) votos favoráveis () votos contrários e
() abstenções
Sala das sessões 19/02/2024



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS MG
REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

Art. 12. É obrigatória a previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias dos recursos necessários à revisão dos servidores públicos de todos os poderes, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil."

Tal proposta de emenda constitucional faz-se necessária, tendo em vista que o inciso I do art. 3º da Constituição Federal/88 definiu como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil/88 a construção de uma sociedade livre, justa e solidaria.

Nesta esteira, o princípio da isonomia foi consagrado como um direito fundamental de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil. Assim, para dar concretude aos preceitos constitucionais precitados, em sede do artigo 37, inciso X, determina que "a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices**". Todavia, quanto à observância deste preceito constitucional, vigente desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98, ainda se encontra em mora, em face da inexistência de regulamentação normativa para estabelecer uma data-base para a revisão anual e obrigatoriedade de inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias dos recursos necessários para assegurar a efetivação deste direito de natureza alimentar.

Em Minas Gerais, a mora legislativa na regulamentação deste direito, ao que ao longo dos últimos 25 anos, serviu de combustível para fomentar recorrentes mobilizações dos integrantes das Forças da Segurança Pública para movimentos reivindicatórios, que resultaram em elevados custos para a tropa: perda de vidas, endividamentos, desagregação familiar, danos psicanalíticos irreversíveis, centenas de processos judiciais e administrativos, transferências, demissões, estiolamento da Segurança Pública, atividade indispensável ao desenvolvimento econômico e a paz social.

Por isso, a alteração proposta tem por finalidade assegurar, substancialmente, um direito de natureza constitucional, promover estabilidade nas relações entre os servidores públicos e o Estado, abolir a violência patrimonial e psicológica praticada pelo Estado em desfavor de seus servidores públicos.

A inserção do §11 tem como escopo promover a regulamentação do 6º do artigo 24 da Constituição do Estado, que determina expressamente: "lei estabelecerá a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos de Minas Gerais".



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS MG
REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

Por fim, a inserção do §12 tem caráter de imprescindibilidade para garantir, no orçamento público, os recursos necessários à efetivação da recomposição, anual dos servidores públicos.

Aprovação: Solicitamos o deferimento da Mesa Diretora e aprovação dos colegas vereadores.

Bonfinópolis de Minas (MG), 16 de fevereiro de 2024.

Vereador **PEDRO CÉSAR**
Presidente
